

na categoria de assistente de ginecologia e obstetrícia, da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 8077/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 17 de Julho de 2006:

Maria Isabel Miravent Campião — 15,25 valores.

Da homologação cabe recurso, a interpor para o Ministro da Saúde, nos termos dos n.ºs 35 e 35.1 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação desta lista no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2006. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha*.

Deliberação (extracto) n.º 74/2007

Por deliberação de 29 de Novembro de 2006 do conselho de administração deste Hospital, foi dado por findo o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) de Carmelinda de Jesus Fusco Talhinhas, enfermeira especialista em enfermagem médico-cirúrgica do quadro de pessoal, com efeitos a 31 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2006. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha*.

Hospital de Miguel Bombarda

Aviso n.º 671/2007

Torna-se público que, por despacho do conselho de administração de 29 de Novembro de 2006, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 4913/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Março de 2006, e na sequência da indisponibilidade manifestada pela Dr.ª Maria Ercília Proença de Almeida Duarte em integrar, na qualidade de 2.º vogal suplente, o júri do concurso interno geral de ingresso para o provimento de um lugar na categoria de assistente da carreira técnica superior de saúde, área de psicologia clínica, mandado publicitar pelo aviso n.º 11 583/2006, de 27 de Outubro, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de Outubro de 2006, a p. 23 583, o júri do supracitado concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Rui Durval Figueiredo Bernardino, assistente graduado da carreira médica hospitalar e director clínico do Hospital de Miguel Bombarda.

1.º vogal efectivo — Dr.ª Ana Maria Melo Ulrich Cunha, assistente principal da carreira técnica superior de saúde, ramo de psicologia clínica, do Hospital de Miguel Bombarda.

2.º vogal efectivo — Dr. Manuel Carlos Rosário Domingos, assistente principal da carreira técnica superior de saúde, ramo de psicologia clínica, do Hospital de Miguel Bombarda.

1.º vogal suplente — Dr.ª Ricarda Reis Madeira, assistente principal da carreira técnica superior de saúde, ramo de psicologia clínica, do Hospital de Júlio de Matos.

2.º vogal suplente — Dr.ª Maria Teresa Ferreira Constantino, assistente principal da carreira técnica superior de saúde, ramo de psicologia clínica, do Hospital de Júlio de Matos.

28 de Dezembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Fernanda Santos*.

Hospital de Sousa Martins

Aviso n.º 672/2007

Concurso n.º 20/2006 — Concurso interno geral de acesso ao nível 2 de enfermeiro especialista, área de saúde materna e obstétrica

1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins, Guarda, de 16 de Novembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, nos termos do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, actualizado pelos Decretos-Leis n.ºs 412/98, de 30 de Dezembro, e 411/99, de 15 de Outubro, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de três lugares vagos de enfermeiro especialista na área de enfermagem de saúde materna e obstétrica, da carreira de enfermagem, do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 413/98, de 17 de Julho.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares vagos postos a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

2.1 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Local de trabalho — nas instalações adstritas ao Hospital de Sousa Martins, Guarda.

4 — Conteúdo funcional — as funções inerentes aos lugares postos a concurso são as constantes do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

5 — Vencimento — o correspondente aos índices da respectiva categoria, de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro.

6 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo regime próprio da carreira de enfermagem que está definido pelos artigos 18.º a 42.º do Decreto-Lei n.º 437/91, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os previstos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro;

7.2 — Requisitos especiais — os estabelecidos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, com a nova redacção do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, na área de saúde materna e obstétrica.

8 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar é o da avaliação curricular e a classificação final será atribuída de acordo com os n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º e com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 35.º do citado Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98.

Os métodos e critérios de selecção a utilizar na avaliação curricular serão afixados em simultâneo com o aviso de abertura.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins, Guarda, solicitando a admissão ao concurso, e entregue na Repartição de Pessoal do mesmo Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, desde que expedido até ao término do prazo fixado, acompanhado da respectiva documentação exigida no n.º 10 deste aviso.

9.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e telefone);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que se encontra vinculado;

d) Identificação do concurso a que se candidata, mediante referência ao número, à data e à página do *Diário da República* em que o presente aviso vem publicado;

e) Pedido para ser admitido ao concurso, mediante referência ao número, à data e à página do *Diário da República* onde o aviso vem publicado;

f) Identificação, em alíneas separadas, dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;

g) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito ou que constituam motivo de preferência legal.

10 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais ou fotocópias dos mesmos, devidamente autenticados;

b) Declaração passada pela instituição a que pertence, da qual constem, de forma clara e inequívoca, a existência do vínculo à função pública, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, bem como a menção da avaliação de desempenho;

c) Certidão de teor, emitida pela instituição a que pertence, comprovativa da posse dos requisitos exigidos no n.º 7.1 do presente aviso;

d) Três exemplares de *curriculum vitae*.

11 — Os candidatos pertencentes ao quadro do Hospital de Sousa Martins, Guarda, ficam isentos da apresentação dos documentos que constem do seu processo individual.

12 — As listas dos candidatos admitidos e de classificação final serão publicitadas através de aviso no *Diário da República*, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º e do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

13 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

14 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 — Constituição do júri:

Presidente — Elisabete Maria Ambrósio Pereira Ferreira, enfermeira-chefe do Hospital de Sousa Martins.

Vogais efectivos:

Maria Leonor Nunes Neves de Almeida, enfermeira-chefe do Hospital de Sousa Martins.

Maria Helena Sapateirinho Malhadas Reinas, enfermeira especialista em saúde materna e obstétrica do Hospital de Sousa Martins.

Vogais suplentes:

Maria Manuela dos Santos Boto, enfermeira especialista em saúde materna e obstétrica do Hospital de Sousa Martins.

Maria Helena Correia, enfermeira especialista em saúde materna e obstétrica do Hospital de Sousa Martins.

16 — A presidente do júri será substituída nas suas faltas e impedimentos legais, pela 1.ª vogal efectiva.

27 de Dezembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Manuela dos Santos Bandarra Veiga*.

Instituto Nacional de Emergência Médica

Despacho (extracto) n.º 641/2007

Por despacho de 29 de Dezembro de 2006 do presidente do conselho directivo, foi nomeada definitivamente na categoria de chefe de secção, precedendo concurso, a tesoureira Rosalina do Rosário Bispo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Janeiro de 2007. — A Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, *Rita Abreu Lima*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 642/2007

Por despacho de 4 de Agosto de 2006 do secretário-geral, Dina Teresa Garcia Simões foi nomeada definitivamente, na sequência de reclassificação profissional, técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro único do pessoal dos serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2006. — A Chefe de Divisão de Administração de Pessoal e Expediente, *Maria Fernanda Manteigas*.

Rectificação n.º 58/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 19 de Dezembro de 2006, o despacho (extracto) n.º 25 710/2006, rectifica-se que onde se lê «técnicos superiores de 1.ª classe, e Maria Teresa da Cruz Pedroso, técnica de 1.ª classe» deve ler-se «técnicos superiores de 2.ª classe, e Maria Teresa da Cruz Pedroso, técnica de 1.ª classe».

20 de Dezembro de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Adelino Vieira Pereira*.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Despacho n.º 643/2007

Por despachos da subdirectora-geral dos Recursos Humanos da Educação, proferidos no uso de competência delegada, é autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração aos professores abaixo indicados, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006, ao abrigo do disposto nos artigos 107.º do estatuto da carreira docente e 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto:

De 10 de Fevereiro de 2006:

Alberto Caeiro Pereira de Sousa, professor do grupo de recrutamento 520 do quadro da Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida, em Espinho.

Ana Paula Soares Cardoso Gaspar, professora do grupo de recrutamento 110 do quadro da Escola EB1 Tavira n.º 2.

Angelina da Silva Peixoto Ferreira Rodrigues, professora do grupo de recrutamento 330 do quadro da Escola Secundária Maximinos, Braga.

António Joaquim Abreu da Silva, professor do grupo de recrutamento 410 do quadro da Escola Secundária da Maia.

Maria Helena Couceiro Couto Lopes, professora do grupo de recrutamento 200 do quadro da Escola EB2, Sophia de Mello Breyner, Arcozelo.

De 21 de Junho de 2006:

Joaquina Maria Rosairinho Pós de Mina Ribeiro, professora do grupo de recrutamento 300 do quadro da Escola Secundária D. Pedro V, Lisboa.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Idaete Gonçalves*.

Despacho n.º 644/2007

Por meu despacho de 8 de Agosto de 2006, proferido no uso de competência subdelegada, foi concedida, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 191-E/79, de 26 de Junho, a prorrogação da reversão de vencimento de exercício pelas funções de cozinha principal a Nair Oliveira Costa Bernardes, cozinheira do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito de Aveiro, a exercer funções na Escola Secundária de Castelo de Paiva. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Idaete Gonçalves*.

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Escola Secundária de Manuel da Fonseca

Aviso n.º 673/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no placard da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

19 de Dezembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Filipe António Pires Fino*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Acordo n.º 20/2007

Acordo de colaboração para construção escolar com a Câmara Municipal de Vimioso

Decorrente das acções que o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, aponta para o desenvolvimento do reordenamento da rede educativa, foram os estudos das cartas educativas orientados no sentido da melhor utilização dos recursos educativos existentes, consideradas que são as vantagens da concentração dos alunos do 1.º ciclo de escolas com baixa frequência e dispersas no território concelhio e as sinergias obtidas pela integração de um centro escolar numa escola EB 2, 3.

A Câmara Municipal de Vimioso manifestou, entretanto, junto do Ministério da Educação o interesse e a vontade de desencadear um processo de reordenamento da rede do 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB) e da educação pré-escolar. Em resultado da definição dos vectores prioritários daquela acção e da avaliação, entretanto feita, de todas as medidas a implementar, de modo a garantir uma primeira mudança na situação vigente, a Câmara Municipal de Vimioso, face à situação vivida de decréscimo da população escolar, de grande dispersão da rede escolar do 1.º CEB e de isolamento e falta de condições das instalações destas escolas, entendeu proceder, a uma concentração da população escolar do 1.º CEB, garantindo os transportes escolares acompanhados, com percursos inferiores a trinta minutos, e o serviço de refeições.

Esta proposta foi considerada de todo o interesse para a implementação do reordenamento da rede educativa do concelho de